

Recebido pelo presidente do CVG-SP, Dilmo B. Moreira, e pela diretoria, em almoço realizado na última quinta-feira, 27 de março, no Terraço Itália, o presidente da Federação Nacional de Previdência e Vida (FenaPrevi), Osvaldo Nascimento, apresentou uma completa análise do "Mercado de Seguro de Pessoas e a Previdência para 2014, na visão FenaPrevi". Ele expôs um panorama dos cenários econômicos internacional e nacional, inclusive sobre a perspectiva futura, situando o Brasil e o seguro em posição privilegiada nesse contexto.

Mesmo diante do fraco desempenho da economia brasileira, o país ainda é atrativo para os investidores estrangeiros. Entretanto, a inflação continuará sendo um desafio para a economia brasileira. Por enquanto, o bônus demográfico ainda favorece o país, daí porque alertou que agora é a hora de o mercado de seguros planejar seu desenvolvimento futuro, investindo, principalmente, em educação financeira da população. Também será preciso, segundo ele, simplificar a oferta de produtos e os canais de distribuição.

Veja aqui a apresentação de Osvaldo do Nascimento

O Brasil no cenário internacional

No cenário internacional, a perspectiva é de estabilização das economias. O melhor indicador desse panorama futuro é o PIB mundial que desde o crescimento negativo em 2009, vem se recuperando lentamente, atingindo 2,9%, em 2013, e com perspectiva de alcançar 4% em 2015. Segundo o panorama apresentado por Nascimento, os efeitos da crise do subprime de 2008 ainda são visíveis em diversas economias, cujo PIB estacionou no patamar de 2%. No grupo das nações com melhor desempenho, a China lidera com PIB de mais de 7%, porém com sinais de desaceleração. Para Nascimento, a previsão é de estabilidade econômica mundial.

Em matéria de investimentos estrangeiros, o Brasil teve um bom fluxo de capitais desde 2010, quando recebeu R$ 48,5 bilhões. No ano seguinte, atraiu R$ 66,7 bilhões e, em 2012, R$ 65,3 bilhões. Entre 2010 e 2012, o país saltou no ranking de investimentos da oitava posição para a quarta. Nascimento lembrou que essa condição pode sofrer o impacto do recente rebaixamento do país na avaliação da Standard & Poors. Entretanto, informou que o Brasil continua sendo uma boa opção para atração de capital estrangeiro e ainda permanece como um pais classificado com o nível "investment graded". Por outro lado, o superávit primário é preocupante, embora o Brasil, ao

contrário de outros países, apresente desempenho positivo, abaixo de 2%, puxado pelo agronegócio.

No balanço geral apresentado por Nascimento, os Estados Unidos figuram com forte recuperação econômica, devendo atingir o PIB de 3,1% em 2015. “Mas o crescimento americano é lento, o que de certa forma é bom para manter o equilíbrio no mundo”, observou. A Europa também seguirá devagar no processo de recuperação econômica, com PIB negativo, por enquanto, que tende a subir para 1% em 2014. “A Europa, assim como o Brasil também precisa de reformas estruturais”, disse.

A deflação global é uma tendência, contrariada apenas pelos países emergentes, que apresentam inflação crescente na casa dos 6%. No caso do Brasil, Nascimento entende que a redução da inflação não depende apenas da taxa de juros, já que a recente elevação apresentou pouco efeito. “Também depende de eficiência do governo, do gasto público e da capacidade de investimento”, disse. A seu ver a política de preços controlados dos combustíveis, energia e transporte, promove apenas uma redução momentânea da inflação, porque requer subsídios do governo, além de gerar reflexos futuros no índice, não beneficiando a economia.

O cenário nacional

A previsão é de que neste ano o PIB brasileiro se situe na faixa de 2%, aumentando um ponto percentual até 2016. Mesmo assim, continuará abaixo da média mundial de 4%, o que é preocupante. “Enquanto o país não conseguir sustentar níveis acima de 4%, a riqueza por habitante diminuirá, levando ao empobrecimento”, disse. Já o nível de inflação na faixa de 6% está acima da meta prevista de 4,5%, o que preocupa os agentes da economia brasileira. Quanto à taxa Selic, atualmente na faixa de 10,75% a.a., poderá apresentar evolução alcançando 11% em 2014. Mas, segundo Nascimento, o Banco Central sinaliza que a tendência será de acomodação no patamar de 10% a partir de 2016.

Para ele, o desafio no combate à inflação no Brasil, que tem a maior taxa de juro do mundo, não pode ser realizada de forma indireta, como o governo vem fazendo. O melhor exemplo é o caso da Petrobras, que tem sido sacrificada para impedir o aumento dos preços dos combustíveis, com pesados ônus para empresa e sem efeito prático na sustentação da estabilidade do nível de inflação do país. “Controlar preço não quer dizer que se vá controlar a inflação. No longo prazo estas práticas não se sustentam”, disse. A seu ver, esse tipo de política pontual acaba apresentando pouco resultado de curto prazo, mas provoca distorções no médio e longo prazo.

O Brasil é um país seguro para os investimentos estrangeiros, segundo Nascimento, e também atrativo, principalmente pelo histórico de honrar com seus compromissos e premiar o investidor com juros altos. Do lado do câmbio, que manteve a moeda brasileira valorizada por muito tempo, acaba estimulando a especulação no fluxo de capitais, que provoca o entra e sai constante de investimentos. O presidente da FenaPrevi lembrou que o longo período de um câmbio muito depreciado, levou o país à maior dependência de importações e, consequentemente, ao desestímulo à produção industrial.

O consumidor brasileiro

Fala-se muito do bônus demográfico brasileiro – período em que a população economicamente ativa (PEA) é maior do que a de inativos -, mas Nascimento alertou que essa condição positiva tem prazo de validade. Atualmente, a PEA (incluindo ocupados e desocupados) é superior a 60 milhões. Mas este número é resultado de projeção do IBGE a partir de pesquisa em seis regiões metropolitanas, onde apurou o montante de 24,4 milhões de pessoas no último ano. A questão, segundo ele, é que a quantidade de pessoas disponíveis para o trabalho atingiu seu nível máximo e, a partir de 2020, a tendência é de declínio.

Outra condição positiva à primeira vista é o número de pessoas ocupadas, que pela estimativa do IBGE é composto por 23,3 milhões. Significa que a taxa de desocupação é baixa, alcançando quase

o pleno emprego. Porém, Nascimento vê com cautela esses dados, que não comportam, por exemplo, as pessoas que desistiram de procurar emprego. “É preciso tomar cuidado porque esse número também tem muita correlação com programas assistenciais, como seguro desemprego, que desestimulam a população a procurar emprego”, disse.

A PEA alta e a baixa taxa de desocupação são condições positivas para o país, mas que não resistem a uma análise macro. Segundo Nascimento, a mão de obra é farta, mas faltam trabalhadores qualificados, já que o nível de instrução e qualificação profissional é médio-baixo. Apesar do crescimento da renda média real por habitante, que em 2013 foi de R$ 1.929,03, 1,8% acima de 2012, e do maior poder de compra, que em dez anos aumentou 29,6%, a inflação preocupa e também o nível de eficiência. “Não adianta ter mais ganho salarial se nossa produção não for acompanhada de ganhos de eficiência”, disse. Outra agravante é o nível de endividamento da população, que deverá contribuir para a estabilização do consumo, que, por enquanto, ainda é alto. “Pelo lado da renda, o cenário é positivo para o seguro”, disse.

Para desenvolver o seguro de pessoas

O presidente da FenaPrevi apresentou uma lista de propostas para desenvolver o segmento de seguro de pessoas, que fazem parte da agenda de discussões previstas entre as federações da CNseg e a Susep. No topo da lista está a distribuição, que tem como ações previstas a simplificação e o uso de meios remotos. “O caminho para aumentar a eficácia da distribuição são os meios eletrônicos, que facilitarão a entrega de produtos aos consumidores”, disse. Já o VGBL Saúde, segundo item, aguarda a aprovação do Projeto de Lei 7052/14 para entrar em operação, embora Nascimento considere desnecessário um projeto para iniciar a comercialização, necessitando apenas de regulamentação do CNSP e Susep.

Ainda pouco desenvolvido no país, o seguro de pessoas em regime de capitalização foi alvo de um projeto da FenaPrevi que deverá ser apreciado pela Susep. Com a aprovação, Nascimento acredita que produtos como o “Universal Life”, prioritário na agenda, não demore a entrar em operação. Outra proposta, mas direcionada ao governo em forma de projeto de lei, se refere ao patrimônio de afetação. O propósito será isolar o risco da seguradora do patrimônio da pessoa.

Segundo Nascimento, está em discussão na Susep a comercialização de produtos que levam em conta a situação financeira do cliente, chamados de “Suitability”. Em sua visão, a venda desses produtos depende do mapeamento das necessidades dos clientes e da preparação dos canais de distribuição, em especial o corretor. “Em alguns casos, o cidadão compra um produto de vida sem saber o que comprou e quem vende não sabe muito bem o que vendeu”, disse. Para evitar essa situação, ele aponta que o caminho está na combinação da educação financeira do cliente acompanhada de programas de melhoria dos agentes de distribuição, investindo-se mais no pleno conhecimento das necessidades dos clientes “suitability”.

Outro plano é viabilizar a utilização de recursos de provisões como garantia acessória para empréstimos. A proposta integra o Projeto Lei de 6.723/13, que está em tramitação na Câmara dos Deputados. “Se o cidadão faz uma poupança de longo prazo, mas tem uma necessidade de curto prazo, será penalizado ao utilizar esses recursos na forma de resgate. Temos que adotar no Brasil os instrumentos que já existem em países desenvolvidos em previdência, em especial os empréstimos tendo as reservas de previdência como garantia”, disse.

Por fim, na lista de prioridades da FenaPrevi para o ramo de pessoas está a educação financeira. “Esta é a grande bandeira da CNseg. Se investirmos mais em educação do consumidor, o mercado crescerá como consequência. Propaganda de produto não faz o mercado crescer, mas a educação do consumidor, sim”, disse.

Desafios

Em 2013, a previdência enfrentou sua maior crise em 20 anos, com os resgates superando as contribuições, em determinado período. O motivo, segundo Nascimento, foi a volatilidade dos

investimentos. “O alongamento na aplicação de recursos torna os investimentos voláteis, porque o Brasil não tem estabilidade na curva de juros de longo prazo”, explicou. Depois que a situação foi contornada no curto prazo, a proposta agora é aprovar junto ao governo regras de alongamento e desindexação para aplicação de recursos em fundos de investimento e em modalidade de renda fixa. Nascimento observou que uma indústria com reservas superiores a R$ 300 bilhões, como é a previdência, que em breve superará o segmento de fundos de pensão, já tem sido bem sucedida na interlocução junto ao governo.

O desempenho do ramo de pessoas, que é menos sujeito à volatilidade e depende mais de renda, foi positivo. Além do crescimento expressivo do seguro prestamista, acima de 100%, e de outros, como auxilio funeral, o seguro de vida representa quase 50% dos prêmios. Mas, a penetração deste seguro ainda é baixa, o que faz Nascimento enxergar um “potencial astronômico” de crescimento. Ele também acredita no potencial do microsseguro, mas, devido ao obstáculo da distribuição, sugere que seja acoplado a programas sociais do governo, como o Bolsa Família.

O presidente da FenaPrevi reforçou a tese de que a educação é o caminho para o crescimento do ramo de pessoas, juntamente com a simplificação de produtos e da distribuição. Para ele, ainda falta ao mercado visibilidade clara das necessidades dos clientes o que leva os agentes de seguros a terem dificuldades para identificar as necessidades de coberturas dos clientes. “Muitos não sabem que contam com coberturas do INSS e do DPVAT e então não sabem se precisam de coberturas adicionais de morte e de invalidez”, disse.

“Estes pontos fazem parte da agenda das federações com a Susep. A evolução dos projetos relacionados à solvência, em especial regras de alocação de capital, são prioridades do setor para alinhamento com o mercado Internacional. O Brasil tem muito a avançar na dimensão regulatório do setor para continuar sendo um porto atrativo de investimentos”, concluiu.

Educação financeira

Na segunda parte do evento, o presidente do CVG-SP, Dilmo B. Moreira, agradeceu a presença das autoridades e registrou a participação na mesa diretora de Sonia Rodrigues, gerente da Previsul, seguradora que, recentemente, retornou ao quadro de associadas da entidade. Em seguida, ele comentou sobre a participação de Nascimento em evento da entidade pelo segundo ano consecutivo, fato que foi lembrado pelo próprio presidente da FenaPrevi.

“É interessante rever o números. O quadro não é o mais maravilhoso, mas a comparação dos números mostra que a indústria de seguros vem crescendo de forma consistente ao longo do tempo”, disse. Ele destacou, ainda, que em sua atividade de professor em instituições de ensino de nível médio e superior, tem notado a falta de conhecimento dos alunos sobre questões básicas relacionadas a direitos em seguro. “Não sabem o que é o DPVAT e como funciona o INSS”, disse.

Segundo Dilmo B. Moreira, a indústria de seguros tem grande papel na educação financeira. “Nos cursos do CVG-SP, além da formação técnica, sempre reforçamos a importância de os alunos atuarem como multiplicadores junto à família e aos amigos, levando a mensagem sobre a proteção do seguro”, disse.

Em seguida, ele registrou a presença no evento do presidente eleito do Sincor-SP, Alexandre Camillo, um dia depois da eleição, cumprimentando-o pela vitória. Em breve pronunciamento, Camillo agradeceu os apoios recebidos para as suas propostas de gestão e informou sobre o início de uma nova etapa na entidade dos corretores.

Nascimento respondeu diversas perguntas da plateia relacionadas ao tema, como a de Samy Hazan, diretor Técnico da área de Vida da Marítima/Yasuda, que indagou sobre o atual padrão de pagamento de benefícios na área de previdência. “O pagamento de benefícios ainda não é desenvolvido no Brasil e está em processo de amadurecimento. A proporção ainda é pequena, mas o seu desenvolvimento está ligado à solvência e à definição de novas regras, como a alocação de capital compatível com o risco futuro”, respondeu Nascimento.

Na mesa diretora, além de responder à pergunta do vice-presidente do CVG-PR, Gustavo Toledo, Nascimento foi receptivo à solicitação de apoio às atividades da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro (SBCS), relatadas por seu presidente Affonso Fausto, que destacou os cursos sobre seguros na Escola Técnica Prof. Camargo Aranha. Encerrando o evento, o presidente do CVG-SP entregou ao presidente da FenaPrevi uma placa em sua homenagem.

Fonte: CVG-SP, em 28.03.2014.
Texto: Márcia Alves